

Plenário deserto espera fim do carnaval

Sérgio Amaral/AE

Apenas 56 deputados passaram pelas portarias do Congresso, mas só 46 foram encontrados e o número era insuficiente para abrir a sessão da Câmara

ANTONIO MARCELLO
e GUILHERME EVELIN

BRASÍLIA — Foi uma sexta-feira de cinzas no Congresso. No Espaço Cultural da Câmara, estava prevista a exibição do filme "Um Sonho Distante", com Tom Cruise. Pelos corredores, poucos funcionários, muitos jornalistas e 46 deputados, número insuficiente para abrir a sessão da Câmara que estava marcada para as 14 horas. Pela mesma razão, o Congresso Revisor não conseguiu se reunir de manhã. No plenário e nos gabinetes, não havia nenhum líder partidário e nenhum integrante da Mesa, salvo o vice-presidente da Câmara, Adylson Motta (PPR-RS).

O deputado tinha marcado sua passagem de avião para Porto Alegre para as 11 horas. "Mas, quando vi que podia dar quórum, procurei algum outro integrante da Mesa e não achei nenhum", contou. Motta preferiu adiar sua viagem para evitar o vexame de haver quórum e não estar presente nenhum integrante da Mesa para abrir a sessão.

Por precaução, o vice-presidente da Câmara procurou também certificar-se de que, na quarta-feira, pelo menos o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), estaria presente

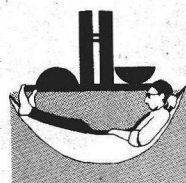
para receber a tradicional mensagem do Executivo. Essa mensagem sempre é entregue em sessão solene na abertura dos trabalhos legislativos, constitucionalmente marcada para 15 de fevereiro — ou para o dia seguinte, caso seja feriado — de cada ano.

Ao tentar abrir a sessão da Câmara às 14 horas, Motta e o deputado Paulo Delgado (PT-MG) descobriram que passaram pelas portarias durante a manhã 56 deputados, mais que os 52 necessários para abrir os trabalhos. Os dois e os assessores da Mesa foram ao telefone para conferir a presença dos parlamentares. Só localizaram 46 e a sessão foi cancelada. Dos outros dez, nove viajaram e um estava em sua casa.

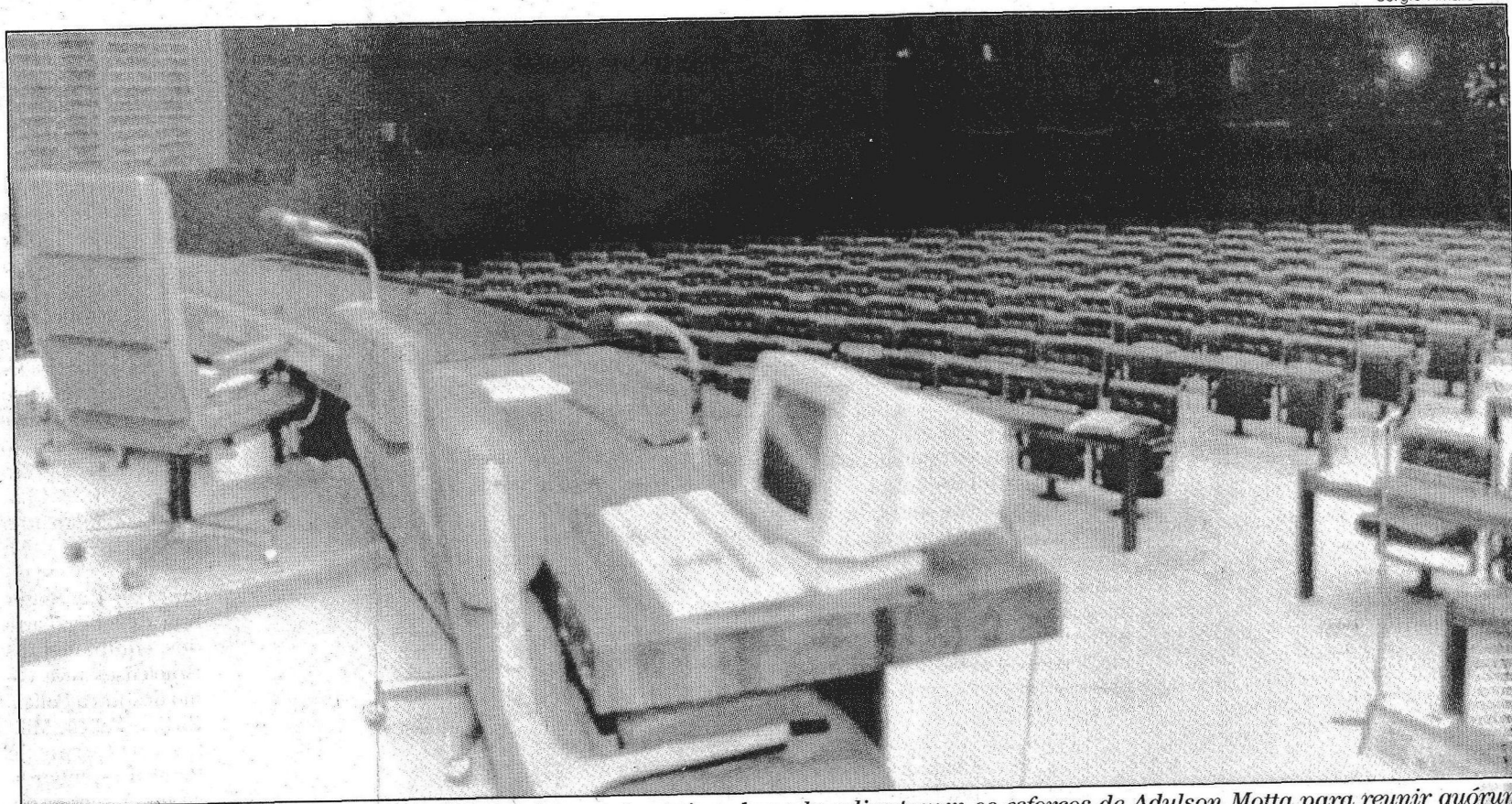
"Provavelmente eles viajaram porque, como eu, acharam que não ia dar quórum para abrir a sessão", disse o vice-presidente da Câmara.

Por causa do trabalho de tentar localizar os ausentes,

Paulo Delgado acabou perdendo seu voo para Juiz de Fora, onde mora no mesmo prédio do presidente Itamar Franco. Meio desconsolado, foi confortado por Motta: "Você perdeu seu voo, mas ganhou o respeito da Nação", disse ele, rindo. O deputado petista retribuiu o afago: "Na próxima legislatura, vou apoiar Adylson Motta para a presidência da Câmara".



CID
CARVALHO
REAPARECE COM
ADVOGADO



Às 10h40, o plenário da Câmara estava completamente vazio e de nada adiantaram os esforços de Adylson Motta para reunir quórum

A falta de quórum beneficiou os deputados que tiveram a cassação de seus mandatos pedida pela CPI do Orçamento, pois aumentou o prazo para que eles apresentassem sua defesa na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. A sessão de ontem, se tivesse sido aberta, contaria prazo. Como não aconteceu, eles ganharam mais uma semana. Entre os 46 deputados presentes na hora de abrir a sessão, seis corriam o risco de perder os seus mandatos.

Cid Carvalho (PMDB-MA), um dos principais acusados de manipulação do Orçamento, se manteve no plenário, ao lado de seu advogado, verificando o quórum.

Além dele, estavam "garantindo" quórum os deputados Daniel Silva (PFL-MA), João Alves (sem partido-BA), Flávio Derzi (PP-MS) e João de Deus Antunes (PPR-RS), que tiveram a cassação pedida, e José Carlos Vasconcellos (PRN-PE), que está sob investigação na Corregedoria-Geral da Câmara.

Vencido o horário limite para a abertura da sessão, 14h30, o plenário abrigava apenas quatro seguradoras, duas faxineiras e o deputado Augusto Carvalho (PPS-DF), que usava o telefone na parte reservada aos parlamentares no cafezinho. O quadro desolador levou Adylson Motta a comentar: "Nesta Casa, um terço veste a ca-

misa; um terço comparece se for chamado e um terço ainda não descobriu o endereço".

Nos corredores, Paulo Delgado criticava o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), um dos ausentes, responsabilizando sua decisão de abonar as faltas dos deputados na quinta-feira pela ausência de quórum ontem. Delgado não resistiu e estendeu suas críticas a um companheiro de bancada, Tilden Santiago (PT-MG), autor do projeto de lei que aumentou de três para oito anos o prazo de inelegibilidade para os deputados cassados. "Como autor do projeto, ele tinha de estar aqui para dar quórum", reclamou ele.

Adylson Motta, no entanto, não acha que a "pena pecuniária" seja suficiente para superar o problema de quórum. "Não é combatendo os efeitos que vamos resolver a questão", disse. Ele apontou vários motivos para a falta de motivação dos parlamentares. Em primeiro lugar, o fato de as decisões serem tomadas por um grupo restrito de parlamentares, reunidos no Colégio de Líderes. Em segundo lugar, o fato de o Executivo ter assumido a função legislativa, enviando uma "enxurrada" de medidas provisórias para o Congresso. E, finalmente, a ação de comissões como a do Orçamento, controladas por alguns poucos deputados.